

A PRÁTICA DE RELIGIOSIDADES NA ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA AO CONDENADO – APAC E SEUS PROCESSOS EDUCATIVOS

*Elenice Maria Cammarosano Onofre **

*Maximiliana Martins Nogueira ***

RESUMO: O artigo que se apresenta tem como intenção identificar e analisar os processos educativos que decorrem da prática social das religiosidades que acontece em uma unidade da Associação de Proteção e Assistência ao Condenado (APAC) no estado de Minas Gerais. Trata-se de um estudo de natureza qualitativa que utiliza como recursos de coleta de dados a entrevista, a observação participativa e anotações em diários de campo. Os achados foram analisados à luz de estudos no campo da educação e da educação em prisões. Os resultados sinalizam a proposta apaqueana como possibilidade e alternativa para suavizar a vida na prisão, por suas práticas mais humanizadas e que a prática das religiosidades poderia contribuir para uma convivência mais harmônica entre os recuperandos, os funcionários e os voluntários, mas se coloca como forma de poder que dociliza os corpos aprisionados.

PALAVRAS-CHAVE: Religiosidades, Processos Educativos, APAC.

THE PRACTICE OF RELIGIOSITIES IN THE ASSOCIATION OF PROTECTION AND ASSISTANCE TO THE CONDEMNED - APAC AND ITS EDUCATIONAL PROCESSES

ABSTRACT: This paper intends to identify and analyze the educational processes that result from the social practice of religiosities that happens in a unit of the Association of Protection and Assistance to the Condemned (APAC) in the state of Minas Gerais, Brazil. It is a qualitative study that uses interviews, participatory observation and notes in field diaries as data collection resources. The findings were analyzed in the light of studies in the field of education and prison education. The results indicate the APAC proposal as a possibility and alternative to soften life in prison, due to its more humanized practices, and that the practice of religiosities could contribute to a more harmonious coexistence between the recovering, the employees and the volunteers, but it is placed as a form of power that softens the imprisoned bodies.

KEYWORDS: Religiosities, Educational Processes, APAC.

* Doutora em Educação Escolar, UNESP – Araraquara, SP. Coordenadora do EduCárceres/UFSCar. Docente do PPGE – UFSCar, São Carlos – SP. E-mail: leonofre@ufscar.br. Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-3623-4728>

** Mestre em Educação, UFSCar, São Carlos – SP. E-mail: maximilianamnogueira@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-6833-7523>

Introdução

Em tempos de busca por caminhos para viver com qualidade, respeito ao outro e a si mesmo e um convívio humanizado, temos assistido ao fenômeno da violência de maneira assustadora. Os direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes têm sido pouco respeitados. As escolas, lugar de acolhimento e construção de conhecimentos entre todos os que ali se encontram, têm se transformado em espaços fechados, com grades e presença de policiais para vigiar e controlar.

Como diz Galeano, “embora estejamos malfeitos, ainda não estamos terminados; e é a aventura de mudar e de mudarmos que faz com que valha a pena esta piscadela que somos na história do universo, este fugaz calorzinho entre dois gelos” (GALEANO, 1999, p. 337). Na perspectiva sinalizada por esse autor, cada dia nos convida a entrar em cena para dialogar sobre justiça e liberdade. Esta foi a nossa proposta para a escrita do artigo que se propõe, de maneira modesta, mas não ingênua, a trazer algumas reflexões sobre as religiosidades em instituições de privação de liberdade.

Somos um dos países que mais encarcera no mundo. As prisões são instituições falidas para a (re)inserção social de indivíduos que cometem delitos. Elas não (re)educam, pois punir não é educar. Não temos encontrado alternativas eficazes para promover ações suficientemente firmes para encarcerar menos e (re)inserir, de maneira adequada, aqueles que conflitam com as normativas legais. No entanto, temos ao longo dos anos fixado o olhar num ponto que pode nos levar a inéditos viáveis, pois acreditamos que um outro mundo é possível, e nesse mundo possível lutamos pelo encarceramento humanizado.

Nessas buscas de humanização, construímos o estudo que aqui se apresenta: a instituição Associação de Proteção e Assistência ao Condenado – APAC – e seus processos educativos. Para fins deste artigo, colocamos o foco na prática social das religiosidades, uma vez que ela proporciona, na perspectiva dos seus propositores, uma oportunidade para refletir sua relação com o Sagrado e, a partir dessa relação, recuperar parte da dignidade perdida e condições de recomeço da vida em sociedade.

A tessitura do artigo está assim delineada: na primeira seção, Introdução, anunciamos a que viemos na apresentação do artigo e nossas preocupações como educadoras no campo da educação em prisões; na segunda seção, apresentamos os conceitos de práticas sociais e processos educativos, das educações que acontecem ao longo da vida e em todos os espaços escolares e não escolares; do diálogo como fator essencial na educação para a liberdade e identificamos práticas geradoras de processos educativos na instituição pesquisada. Na terceira seção, intitulada A Associação de Proteção e Assistência aos Condenados – APAC: as religiosidades como fio condutor das práticas cotidianas, caracterizamos a instituição e apresentamos parte dos achados do nosso estudo, em diálogo com a literatura. Indicamos trechos dos Diários de Campo organizados durante a coleta de dados que anunciam observações e reflexões realizadas no período do trabalho empírico. Para finalizar, na quarta seção, elaboramos Considerações que traduzem alguns questionamentos/provocações sobre a prática de religiosidades nos espaços de privação de liberdade.

Situando Conceitos e Apresentando o Panorama

O estudo que se apresenta é um desdobramento da dissertação de mestrado¹ concluída em uma universidade pública do estado de São Paulo, com a intenção de analisar a prática social das religiosidades em uma unidade da APAC, no estado de Minas Gerais/MG. Assim, com o parecer favorável² do Comitê de Ética da Universidade, nos inserimos na instituição para identificar, vivenciar e analisar práticas sociais das quais as pessoas em privação de liberdade participam diariamente, bem como dos momentos em que se estabelecem enquanto grupo. Para tanto, fizemos um estudo de natureza qualitativa e utilizamos como recursos de coleta de dados uma entrevista com Ferreira (2014), fundador da APAC de Itaúna/MG, observação participativa durante cinco meses e anotações em diários de campo. Os achados foram analisados à luz da literatura pertinente ao foco do estudo.

Como ponto de partida, faz-se necessário apresentar a compreensão dos conceitos de práticas sociais e processos educativos utilizados por nós na investigação. Entendemos por práticas sociais:

Práticas sociais decorrem de e geram interações entre os indivíduos e entre eles e os ambientes natural, social, cultural em que vivem. Desenvolvem-se no interior de grupos, de instituições, com o propósito de produzir bens, transmitir valores, significados, ensinar a viver e a controlar o vive, enfim, manter a sobrevivência material e simbólica das sociedades humanas. (OLIVEIRA et al., 2014, p. 33)

Este conceito nos permite afirmar que existe uma prática social toda vez que se estabelece uma relação entre pessoas ou grupo de pessoas, com os mais variados propósitos. Essa relação acontece nas diversas situações e lugares, como, por exemplo, na convivência com a família, no trabalho, no ponto de ônibus, durante atividades de lazer e também no interior das prisões.

As práticas sociais são construídas a partir da necessidade de nos unirmos, uns aos outros, numa relação que busca superar a realidade de dominação, de desigualdade e de opressão que vivemos enquanto povo latino-americano. Elas nos levam à criação de nossas identidades e à nossa construção individual e coletiva (OLIVEIRA et al., 2014). Além disso,

Delas, participam, por escolha ou não, pessoas de diferentes gêneros, crenças, culturas, raças/etnias, necessidades especiais, escolaridades, classes sociais, faixas etárias e orientações sexuais. Participam pessoas com diferentes percepções e conhecimentos, em diferentes processos de trabalho e lazer, em diferentes espaços, escolares e não escolares. Nelas as pessoas expõem, com espontaneidade ou restrições, modos de se, pensar, agir, perceber experiências produzidas na vida, no estudo de problemas e dificuldades, com o propósito de entendê-los e resolvê-los. (OLIVEIRA et al., 2014, p. 35)

¹ Práticas Religiosas e (Re)Inserção Social de Homens em Situação de Privação de Liberdade: um estudo na APAC de Viçosa – MG. Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, 2015.

² Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa, número 516.402.

Desse modo, o contato com diversas culturas, crenças, modos de ser, pensar e agir que se dá através das relações permite que os indivíduos se construam, criem suas identidades e se formem para a vida em sociedade. Como sinaliza Brandão,

[...] ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de outro, todos nós envolvemos pedaços de vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação. (BRANDÃO, 2005, p. 07)

Nessa mesma direção, Freire entende a educação como um processo histórico, através do qual homens e mulheres produzem seu mundo, como sujeitos de sua existência. Sobre o educar-se, o autor afirma que “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo” (FREIRE, 2005, p. 68). É possível afirmar, portanto, que para além do sistema escolar, ambientes não escolares propiciam processos de ensino e de aprendizagem, uma vez que as pessoas se formam a partir de todas as vivências de que participam, em diversos contextos sociais, culturais, e as diferentes práticas sociais em diálogo conduzem à criação de identidade do indivíduo.

Importante sinalizar que o diálogo deve ser linear, aquele que apresenta seu pensamento e escuta o do outro; nesta relação, ambos apresentam suas ideias, e elas possuem o mesmo valor, visto que o foco principal não é deter a verdade, mas buscar o conhecimento. Ao contrário disso, quando há imposição de uma opinião – ação vertical – pela força da hierarquização, o diálogo não existe.

Embasadas na concepção de educação dialógica e libertadora em espaços de privação de liberdade, podemos afirmar que a prática educativa, não sendo neutra, pode estar a serviço da permanência das estruturas injustas da sociedade ou da transformação do mundo e da diminuição da criminalidade. Portanto, a transformação da realidade daquele que se encontra em privação de liberdade só será possível a partir de processos educativos, capazes de tornar o aprisionamento “um momento de aprendizagens significativas e que contribuam com a (re)construção de um projeto de vida para quando o aprisionado recuperar sua liberdade” (ONOFRE; JULIÃO, 2013, p. 54).

A partir desse entendimento, consideramos que a APAC é uma instituição educativa e que sua proposta pode ser emancipadora ou opressora, ou as duas, em diferentes momentos e contextos. Entretanto, para que possamos fazer essa afirmativa, é necessário analisar as práticas vivenciadas na instituição. Assim, após um período de 5 meses inseridas e participando das atividades em uma APAC que acolhe população masculina, foi possível identificar práticas sociais que promovem processos educativos.

Identificamos o trabalho que se caracteriza com atividades de profissionalização dos recuperandos³, que também cuidam da manutenção do prédio (pintura, consertos gerais), fazem a faxina

³ Termo usado no método APAC para se referir aos aprisionados.

das celas e de todo o espaço utilizado, preparam o almoço, o jantar e o café, além de manter a limpeza e organização da cozinha, prestam serviços na biblioteca, farmácia, portaria da unidade, entre outros. Essas atividades dão ao homem a oportunidade da remição da pena, pois, a cada três dias de trabalho é descontado um dia do tempo de condenação.

A escola é uma prática social relevante na educação das pessoas, especialmente para os não alfabetizados, e as aulas são ministradas por professores da rede estadual de ensino do estado de Minas Gerais. Essa prática contribui para o fortalecimento da autoconfiança e autoestima do indivíduo, e o diálogo entre professores e educandos gera confiança e respeito entre si.

Nos momentos livres, geralmente após o almoço, grande parte dos recuperandos vai para o pátio ou para suas celas para lerem livros e revistas disponibilizados pela instituição. Por sua vez, os projetos Renovando Atitudes e Valorização Humana geram processos educativos significativos, pois trabalham temas relacionados à convivência e ao bem-estar, aliviando tensões que o afastamento social promove. Além desses encontros, existe a prática do Ato Socializador, que é um momento matutino de oração e conversa sobre os contratempos que aconteceram no dia anterior, além de ajustes que devem ser feitos para manter a organização e convivência na instituição.

O que brevemente apresentamos sobre os processos educativos por nós identificados tem a intenção de evidenciar parte das rotinas do cotidiano da APAC, embora o foco do estudo seja a prática social das religiosidades, bastante presente nessas instituições.

A Associação de Proteção e Assistência aos Condenados – APAC: as religiosidades como fio condutor das práticas cotidianas

A APAC – entidade juridicamente organizada – emergiu da evangelização católica junto aos recuperandos, transformando o trabalho que era da Pastoral Carcerária em uma entidade civil de direito privado. Dessa forma, o caráter religioso da instituição permaneceu, agregando a ele novas formas, uma vez que o foco deixou de ser a evangelização para se tornar a recuperação daquele que se encontra privado de sua liberdade. Para tanto, a APAC se utiliza de uma filosofia e metodologia próprias, composta por doze elementos considerados fundamentais para a eficácia do seu trabalho: Participação da comunidade; O recuperando ajudando o recuperando; Trabalho; A religião e a importância de se fazer a experiência com Deus; Assistência jurídica; Assistência à saúde; Valorização Humana; A Família e a Jornada de Libertação com Cristo.

Nesse contexto, entendemos que vários processos educativos são gerados a partir das atividades que a APAC proporciona, tendo em vista a aplicação dos doze elementos constituintes do método.

A assistência religiosa está prevista na Lei de Execuções Penais – LEP – em seu art. 24:

A assistência religiosa, com liberdade de culto, será prestada aos presos e aos internados, permitindo-lhes a participação nos serviços organizados no estabelecimento penal, bem

como a posse de livros de instrução religiosa. (BRASIL, Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984)

No seu 2º parágrafo, a mesma lei estabelece que nenhum preso poderá ser obrigado a participar de atividade religiosa.

Para cumprir pena privativa de liberdade na APAC, quem está no sistema comum escreve carta solicitando sua transferência, que é analisada pelo corpo administrativo da instituição. Após passarem por entrevistas e análise de comportamento, os recuperandos são selecionados. Quando vão para a APAC, declaram a qual religião pertencem, pois terão que obrigatoriamente participar daquela que escolherem.

Vargas (2011) relata em seu estudo que, embora na APAC haja abertura para a circulação de outros discursos, em decorrência da porosidade com o mundo de fora, existe a prevalência do discurso religioso cristão que regula e monopoliza as palavras. Para esta autora,

[...] os grupos religiosos constituem um mecanismo indireto, mas efetivo, de controle sobre a massa carcerária, uma vez que sua presença no cotidiano prisional suaviza e ameniza as tensões diárias das internas tornando-as mais dóceis. (VARGAS, 2011, p. 34)

Dessa forma, é possível inferir que as práticas religiosas acabam por desempenhar um papel de eficácia institucional, pois tanto na APAC quanto nas unidades prisionais comuns, em que há abertura para que tais práticas aconteçam, o discurso religioso cristão está ligado ao controle e organização do espaço.

Tal efeito foi por nós percebido entre os recuperandos da APAC. Como a prática religiosa na instituição ultrapassa as reuniões de cunho religioso, os momentos em que as tensões estão mais elevadas, que os levam a se exaltarem, são mais raros, fazendo com que a “normalidade” seja o comportamento calmo e dócil, como vemos na seguinte descrição:

Conversaram sobre futebol e combinaram que, no momento de lazer, jogariam na área externa. O Gabriel⁴ e o Tiago chamaram a atenção do Pereira, dizendo que jogariam se ele não ficasse na porta do gol, pois o gol era pequeno e não precisava de goleiro e que o Pereira é muito grande. Gabriel começou a falar mais rápido e em um tom de voz mais elevado e foi logo advertido por Pereira que o mandou respirar e ficar calmo. O Gabriel riu, respirou fundo e continuou conversando. (Diário de Campo)

Assim, quando alguém discute com um companheiro da instituição ou voluntário/funcionário, é punido de acordo com a gravidade do ato cometido. Contudo, não se pode afirmar que o fato de demonstrarem que estão calmos significa que realmente estejam, mas pode representar uma forma de adaptação ao meio permeado por práticas religiosas.

⁴ Todos os nomes utilizados são fictícios.

Durante a coleta de dados, quando um recuperando foi perguntado sobre qual era a sua maior dificuldade em cumprir pena na APAC, sua resposta foi “estar preso” (Diário de Campo). Esta resposta enfatiza que, embora estejamos tratando de um ambiente prisional diferenciado, este ainda se configura como uma prisão e tem suas tensões. Desse modo, o aspecto religioso pode servir como mecanismo de adaptação e resistência, utilizado para driblar as tensões e dores do aprisionamento (VARGAS, 2005).

Na APAC, a aceitação das normas da casa, principalmente através da participação obrigatória em atividades religiosas, pode significar uma forma de adaptação, pois é perceptível o desinteresse:

Eles disseram que a reunião de valorização humana é obrigatória e realizada por um senhor que passa músicas de Roberto Carlos para escutarem. Dessa forma, eu havia percebido que esta reunião não agradava a todos e observei que: durante o tempo em que ela acontecia, eles abaixavam a cabeça sobre a carteira e assim ficavam, trocavam olhares, como se quisessem se comunicar... ficavam desinquietos, bocejavam... (Diário de Campo)

As reuniões em que se mostravam mais dispersos e impacientes eram geralmente aquelas que seguiam livros e poucas atividades de interação.

[...] ela pediu que abrissemos o livro em uma página onde estava a música que iríamos cantar. Após cantarmos, explicou que aprenderíamos naquele dia uma nova forma de rezar e que iria falando e a gente ia fechar os olhos e imaginar as coisas que dizia. A oração era sobre perdão e tínhamos que imaginar a pessoa pela qual guardamos algum rancor e visualizar (imaginar) Jesus. Assim, olhando para Ele, nós iríamos pedir perdão para a pessoa que pensamos. Depois da oração, perguntou se nós conseguimos visualizar as coisas que foi falando e se aquele momento foi bom para nós. Todos balançaram a cabeça dizendo que sim. (Diário de Campo)

É possível evidenciar que a obrigatoriedade de participação em algumas reuniões gera o desinteresse e influencia na escolha. Em contrapartida, algumas práticas religiosas atraem os recuperandos, mesmo quando não se referem à religião a qual eles se declararam pertencentes. Este interesse pode se dar por diferentes motivos, como pela reunião ser um momento de alegria e descontração, como acontece nos grupos de oração da Renovação com Cristo:

Percebi os recuperandos alegres e participativos. Foi a primeira reunião em que os vi empolgados e descontraídos, brincando um com o outro. [...] Vários recuperandos participaram da reunião, inclusive aqueles que não são católicos. (Diário de Campo)

Outro exemplo são as reuniões que envolvem pessoas “de fora”, uma oportunidade de conhecer pessoas diferentes daquelas às quais estão habituados:

Aproveitei o momento para conversar um pouco com alguns recuperandos e perguntei ao Pereira por que mesmo não sendo católico participava da reunião e ele me disse que gostava, achava divertido e o Cauã completou dizendo que é bom para ver gente diferente. (Diário de Campo)

A prática de religiosidades está expressa também no tratamento dado aos recuperandos. Ao trabalhar a valorização humana, a instituição coloca em prática princípios das religiões cristãs, como, por exemplo, o amor ao próximo. Ser tratado com dignidade e como seres humanos é um dos motivos que os leva a se adaptarem às regras da APAC e optarem por cumprir suas penas na instituição.

O período de convivência na APAC nos evidenciou que muitos não veem as práticas religiosas apenas como regra, mas as utilizam como fonte de conforto para superar a condição na qual se encontram. Essa visão das práticas religiosas é mais comum entre aqueles que estão há mais tempo na instituição e pode ser percebida através das posturas durante as reuniões religiosas.

Outro aspecto a ser considerado na análise das práticas religiosas é o fato de os idealizadores do método alterarem a nomenclatura do elemento que se refere à religião, substituindo esta palavra por espiritualidade. Conforme explicado, em entrevista com Ferreira (2014), um dos fundadores da APAC de Ibiúna/MG, a mudança se fez necessária devido à expansão do método por diversos estados e países. Segundo ele, ao usar o termo “espiritualidade”, a metodologia pode ser mais aceita e compreendida.

De acordo com Ferreira (2014), a mudança da nomenclatura não alterou a aplicação do método. No entanto, a reflexão sobre esse assunto pode ser importante para o REpensar das práticas religiosas no interior das APACs, uma vez que, segundo Boff,

Espiritualidade tem a ver com experiência, não com doutrina, não com dogmas, não com ritos, não com celebrações, que são apenas caminhos institucionais capazes de nos ajudar na espiritualidade, mas que são posteriores à espiritualidade. Nasceram da espiritualidade, podem conter a espiritualidade, mas não são a espiritualidade. São água canalizada, não a fonte da água cristalina. (BOFF, 2001, p. 66)

No dizer de Boff (2001), a espiritualidade é aquilo que produz dentro de nós uma mudança, é uma dimensão profunda do humano que promove o “desabrochar pleno de nossa individualização e como espaço da paz no meio dos conflitos e desolações sociais e existenciais” (BOFF, 2001, p. 18).

A prática das religiosidades vivenciada pelos recuperandos é marcada pela obrigatoriedade, e o formato das reuniões nem sempre desperta interesse em participar. Desse modo, corre-se o risco de que o caráter religioso da instituição se configure como um mecanismo de controle e de uma proposta de conversão.

Durante a coleta de dados, foi possível identificar que alguns recuperandos buscam a vivência da espiritualidade. Um deles relatou que participava de várias reuniões, e não só daquelas realizadas por sua religião, pois orar e ouvir a palavra de Deus fazia muito bem a ele.

Algumas Considerações...

O crescimento da população carcerária desafia a sociedade brasileira a, no mínimo, colocar o assunto em nossa agenda de trabalho. Faz-se necessário ressaltar que os movimentos em defesa dos direitos humanos de pessoas encarceradas reiteram o cumprimento da pena de maneira justa e humanizada.

A vida na prisão é destruturante; nenhum ser humano sobrevive a um cativeiro sem condições mínimas de respeito aos seus direitos humanos. Por seu lado, sugerir que a prática de religiosidades propicia o fenômeno da (re)socialização e (re)educação nos parece uma aposta sedutora, mas perversa.

O papel da religião nos presídios brasileiros, em nosso entender, apenas contribui com a ordem e a disciplina, dociliza corpos e mentes. O poder se materializa como meio de coação religiosa que deturpa a natureza, essencialmente livre, de fazer escolhas, uma vez que é imposta a opção exclusiva de aderir aos pressupostos da instituição.

Parece-nos claro que as pessoas encarceradas preferem se submeter ao método apaqueano, por motivos como fruir de uma vida com melhor qualidade e a oportunidade de cumprir pena de maneira digna e humanizada. As regras de comportamento na APAC, no entanto, são rígidas, como foi possível observar em nosso estudo, e os doze elementos do método visam a enquadrar o recuperando em um modelo social e cultural que, aos olhos apaqueanos, é o ideal.

Para concluir, reiteramos nossa empatia com a proposta apaqueana como possibilidade e alternativa para suavizar a vida na prisão, por suas práticas mais inclusivas, seus resultados favoráveis de governança colaborativa com a comunidade, pela redução de danos psicológicos e materiais (estigma e reincidência, profissionalização mais adequada, experiências positivas com a família), entre outros.

Finalizamos, por agora, com Galeano: “Hoje, quem se encontra com quem? Encontra-se a esperança com a realidade? O desejo se encontra com o mundo?” (GALEANO, 1999, p. 268). Nosso encontro e esperança é com aqueles que buscam e promovem a humanização nas prisões!

REFERÊNCIAS

- BOFF, Leonardo. **Espiritualidade: um caminho de transformação**. Rio de Janeiro: Sextante, 2001.
- BOFF, Leonardo. **O Senhor é meu Pastor: consolo divino para o desamparo humano**. Rio de Janeiro: Sextante, 2004.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A canção das sete cores: educando para a paz**. São Paulo: Contexto, 2005.
- BRASIL. **Lei de Execução Penal**. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17210.htm. Acesso em 05 de agosto de 2014 às 17h54.
- FERREIRA, Valdeci Antônio. **Entrevista concedida a Autora (XXX)**. Itaúna – Minas Gerais, 29 de outubro de 2014.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 49ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- GALEANO, Eduardo. **De pernas pro ar**. A escola do mundo ao avesso. Porto Alegre: L&PM, 1999.
- NOGUEIRA, Maximiliana Martins. **Práticas Religiosas e (Re)Inserção Social de Homens em Situação de Privação de Liberdade: um estudo na APAC de Viçosa – MG**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, 2015.
- MINAS GERAIS. **A execução penal à luz do método APAC**. Belo Horizonte: Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, 2011.
- OLIVEIRA, Maria Waldenez et al. Processos educativos em práticas sociais: reflexões teóricas e metodológicas sobre pesquisa educacional em espaços sociais. In: OLIVEIRA, Maria Waldenez; SOUSA, Fabiana Rodrigues. **Processos Educativos em Práticas Sociais: pesquisas em educação**. São Carlos: EdUFSCar, 2014, p. 29 – 46.
- ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano; JULIÃO, Elionaldo Fernandes. A educação na prisão como política pública: entre desafios e tarefas. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 38, n. 1, p. 51 – 69, Jan./Mar. 2013.
- VARGAS, Laura Jimena Ordóñez. **É possível humanizar a vida atrás das grades? Uma etnografia do Método APAC de gestão carcerária**. 2011. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

*Recebido em: 03 de maio de 2023.
Aprovado em: 30 de maio de 2023.*